

Senhor Presidente do INE, Excelência

Senhor Vice-Governador do Banco de Moçambique, Excelência

Senhores Antigos Governadores do Banco de Moçambique, Excelências;

Senhores Membros do Conselho de Administração do Banco de Moçambique;

Senhores Antigos Administradores do Banco de Moçambique

Senhores Presidentes dos Conselhos de Administração e das Comissões Executivas das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras;

Senhores Membros do Conselho de Auditoria do Banco de Moçambique;

Caros Directores, Assistentes de Direcção e demais Gestores do Banco de Moçambique;

Distintos Convidados

Minhas Senhoras e

Meus Senhores

Quero em primeiro lugar cumprimentar a todos os presentes nesta tradicional cerimónia de brinde de fim-de-ano em que a nossa instituição procede ao balanço preliminar do ano que está prestes a terminar e partilha com os seus parceiros e público em geral as perspectivas para o novo ano.

Permitam-me que inicie a minha intervenção endereçando uma saudação especial ao nosso Governo pelas inúmeras actividades que levou a cabo em 2012, no quadro da implementação do seu Plano Quinquenal, com destaque para as acções com impacto na melhoria do ambiente de negócios, para as que estimulam novas

oportunidades para os nossos agentes económicos apostarem no investimento em diversos sectores de actividade, as actividades de geração de renda, de novos empregos e de maior competitividade da nossa economia, com menor dependência externa.

Introdução

e

Saudações

Numa conjuntura adversa e com recursos limitados, o nosso Governo tem sabido eleger medidas que preservam o nível de vida dos milhões de cidadãos moçambicanos, medidas que mitigam os efeitos da crise internacional a que muitos compatriotas nossos estão sujeitos, por ainda viverem no limiar da pobreza. O Governo muito tem feito visando à manutenção da paz e da estabilidade política e macroeconómica, valores que se assumem já como parte da nossa moçambicanidade e reforçam a credibilidade do nosso Estado em África e no mundo.

O ambiente de paz e de estabilidade tem favorecido a captação de investimentos para o País. A exploração de recursos minerais e de hidrocarbonetos que iniciamos, aliada aos investimentos públicos e privados de infra-estruturação em curso, tem permitido relançar o enorme potencial do País, o que a prazo contribuirá para a melhoria da posição de Moçambique no roteiro mundial. Estes empreendimentos e iniciativas dão substância ao nosso crescimento económico, que todos desejamos cada vez mais forte, abrangente e inclusivo.

Aproveito igualmente este momento para manifestar o nosso apreço e reconhecimento às instituições de crédito e sociedades financeiras que operam no nosso mercado, às empresas públicas e privadas provedoras de bens e serviços diversos ao sector financeiro, às associações económicas e sócio-profissionais, aos sindicatos, às instituições académicas e de pesquisa e à comunicação social, pela inestimável colaboração que têm prestado ao Banco de Moçambique, que nos ajuda a melhorar o nosso desempenho e a cumprir com zelo a missão que nos está confiada.

Estendo as minhas saudações aos nossos parceiros de cooperação e às instituições financeiras internacionais pelo cometimento para com o nosso País e a nossa agenda de desenvolvimento, contribuindo igualmente para o sucesso de inúmeras reformas que o País tem vindo a empreender nas esferas económica, social, financeira e jurídico-legal.

Distintos Convidados

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

O mundo ainda enfrenta a ameaça da crise económica e financeira internacional deflagrada em 2007, não obstante as medidas excepcionais e de incentivo tomadas pelos Governos e bancos centrais das economias do hemisfério norte para contrariar os seus efeitos.

*Conjuntura
Económica
Desempenho
Macroeconómico
em 2012*

A recessão nas economias mais desenvolvidas tem tido reflexos variados na marcha do desenvolvimento social e humano das economias da periferia, com enfoque para as do continente africano, ainda que o nosso crescimento económico, à semelhança do que sucede com as economias de mercado emergentes, continue a ser pujante. O espectro da recessão nos países da Zona Euro, continuará a afectar negativamente a nossa balança de pagamentos, a volatilidade dos preços internacionais, as restrições no acesso ao crédito externo por parte do nosso frágil sector empresarial, sem descurar a redução da ajuda financeira oficial aos programas de desenvolvimento.

O ano de 2012 continuou a ser marcado por uma conjuntura internacional adversa, mas a resiliência de Moçambique persiste, a

medir pela confiança de empreendedores de diferentes latitudes que fazem do nosso País destino seguro e mercado atractivo para os seus investimentos. Gradualmente vamos assumindo uma posição de relevo nas estatísticas do investimento directo estrangeiro, em África e no mundo, o que a todos deve orgulhar.

A última informação do Instituto Nacional de Estatística, que não pondera a recente dinâmica da indústria extractiva que desponta no País, aponta que o crescimento real do Produto Interno Bruto moçambicano se situou próximo dos 8,0% no primeiro semestre de 2012, o que está em linha com a expectativa inicial das autoridades de um crescimento de 7.5%. Este desempenho tem vindo a ser sustentado pelo dinamismo dos sectores da agricultura, construção, transportes e comunicações, alavancados por elevados investimentos públicos e privados.

O início da exploração de recursos minerais, alarga o ânimo e as perspectivas que vários analistas fazem da nossa economia, no curto e médio prazos, os quais são unânimes em considerar que Moçambique está na “rampa” de um crescimento forte de base alargada. Compete-nos a nós moçambicanos tornar este crescimento endógeno, inclusivo e dinamizado por um orçamento de Estado menos dependente da ajuda externa. Para tanto, a nossa instituição tem contribuído em vários *fora* de especialidade sobre a urgência de prepararmos uma estratégia de desenvolvimento que consolide as acções de combate à pobreza e que integre esta agenda num quadro mais vasto, contemplando os desafios emergentes da exploração de recursos naturais não renováveis, a aposta que deve ser feita na criação de emprego para a nossa juventude, bem assim, que estabeleça uma adequada ligação entre a integração do mercado interno, a integração regional e o aprofundamento da internacionalização da economia moçambicana.

Apraz-nos constatar que a nova vaga de crescimento que o país experimenta ocorre num ambiente de paz, estabilidade macroeconómica e do sector financeiro.

Depois de em 2010 termos enfrentado uma forte pressão inflacionária, as medidas de correcção e ajuste que tomámos surtiram em 2012 os seus efeitos. Assim, observamos no ano em revista um comportamento descendente da inflação medida pela variação anual do Índice de Preços no Consumidor da cidade de Maputo, para um nível de 2.46% até Novembro de 2012, que compara com 7.74% em igual período de 2011. A inflação média anual também reduziu para 2.36%, após 11,27% em Novembro de 2011. Esta tendência é igualmente observada no IPC Moçambique.

O comportamento em baixa da inflação nos onze meses do corrente ano faz-nos estar confiantes em que a meta de 5.6% estabelecida para o presente ano será observada.

A estabilidade de preços em 2012 decorre de uma multiplicidade de factores, dos quais, destacamos o dinamismo do sector real da economia, o empreendedorismo dos agentes económicos, a boa coordenação de políticas, associados à relativa estabilidade do Metical face às moedas transaccionadas no nosso mercado, num quadro em que continuaram a vigorar as almofadas aos preços de alguns bens e serviços instituídos para mitigar o impacto da crise internacional, com destaque para os preços dos combustíveis líquidos, da água e da energia. A queda dos preços internacionais de algumas mercadorias que importamos também concorreu para os resultados de inflação no presente ano.

Em 2012, demos continuidade a uma política monetária orientada a uma maior expansão dos agregados monetários e creditícios, em face de um comportamento estável e em linha com o programa estabelecido, dos principais indicadores macro-financeiros.

O Comité de Política Monetária insistentemente adoptou uma postura de libertação de recursos nos mercados interbancários, respeitando os nossos compromissos em termos de base monetária e reservas internacionais líquidas. Com efeito, ao longo do ano, decidiu por seis vezes reduzir a taxa de cedência de liquidez no MMI, totalizando uma baixa de 5.5 pontos percentuais, para os actuais 9,5%. A taxa da Facilidade Permanente de Depósitos foi reduzida em 275 pontos base durante o ano, posicionando-a em 2,25% em Novembro último e o coeficiente de Reserva Obrigatória recebeu uma folga de 150 pontos base, para os actuais 8.0%.

Estes são os ganhos da estabilidade macroeconómica que todos queremos preservar.

Ainda que com algum desfasamento, que traduz o nosso mecanismo de transmissão, próprio de um mercado financeiro em desenvolvimento, estas medidas do Banco de Moçambique foram timidamente acompanhadas pelos bancos comerciais, não obstante estarem na direcção correcta. Como autoridade monetária e supervisores do sistema financeiro, reconhecemos existirem desafios em relação ao nosso objectivo estratégico de taxas de juro baixas e atractivas, com serviços financeiros competitivos e custos de transacção justos, num ambiente de inflação baixa, com estabilidade financeira.

Em resultado da política monetária que adoptámos, a expansão do crédito bancário ao sector privado da economia, que vinha registando uma acentuada desaceleração desde finais de 2010, inverteu em 2012 a sua tendência, subindo de 6% em Dezembro de 2011 para cerca de 19% em Novembro último. Todavia, não nos contentamos com este crescimento, visto existirem ainda estrangimentos estruturais no acesso ao financiamento bancário, particularmente pelo universo das nossas pequenas e médias

empresas. A estas, continuamos a apelar a um maior esforço no domínio da organização do seus sistemas de contabilidade, obedecendo a padrões internacionais, com contas auditadas para facilitar a análise do risco dos seus projectos de financiamento, sem descurar que todos temos igualmente a responsabilidade de buscar soluções que amplifiquem o acesso ao crédito por este segmento importante da nossa economia.

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras;

Meus Senhores,

Desde o início da implementação, em Julho de 2011, da nova legislação cambial, que consagra o princípio da liberalização das transacções correntes e reforça o papel do sistema bancário nacional na intermediação das operações com o exterior, constatámos uma maior disponibilidade de divisas no mercado cambial, conferindo-lhe maior fluidez. Das acções de fiscalização que realizámos às instituições de crédito autorizadas a realizar transacções com o exterior, constatámos ser necessário continuar-se a apostar na formação permanente dos respectivos colaboradores, alguns dos quais sem o necessário adestramento para uma adequada análise das várias operações com o exterior que os balcões diariamente recebem.

*Desenvolvimento
do Sector
Financeiro e
Sistema de
Pagamentos*

Em 2012, enfrentámos alguns períodos de nervosismo na taxa de câmbio do Metical, associado à sazonalidade e à excessiva concentração das operações de importação e liquidação da factura de combustíveis líquidos. A dinâmica da nossa economia demanda importações anuais em redor de mil milhões de dólares desta matéria-prima e o nosso mercado cambial está em condições de satisfazer essa procura, ainda que seja necessário melhorar alguns aspectos operacionais.

Em estreita obediência aos princípios de taxa de câmbio flexível consagrados no nosso regime cambial, a depreciação nominal de 9.7% que o Metical registou em 2012 face ao Dólar americano pode ser encarada como um ajuste que o mercado efectuou a nossa competitividade externa, esperando-se que os exportadores façam a sua parte, brindando a nossa balança de pagamentos com melhorias efectivas nas quantidades exportadas. Relativamente ao Rand, o Metical mostrou-se mais estável (variação praticamente nula), numa conjuntura em que a moeda sul-africana, devido à sua maior integração na economia internacional, registou flutuações expressivas em relação ao Dólar americano, sem descurar outros factores, como a tendência internacional dos preços dos metais preciosos que a África do Sul produz e exporta e as prolongadas greves que afligiram o seu sector mineiro.

Apesar da crise económica e financeira que o mundo atravessa, Moçambique vem-se tornando nos últimos anos, num destino privilegiado do investimento directo estrangeiro em África e no mundo, particularmente no sector dos recursos naturais. Este investimento, na sua fase inicial, agrava o défice da conta corrente da nossa balança de pagamentos.

O investimento directo estrangeiro que representava até 2009 uma média 5% do PIB, ascendeu nos últimos dois anos para cerca de 17%. Nos primeiros nove meses do corrente ano, a nossa balança de pagamentos registou uma entrada líquida de capitais sob forma de investimento directo estrangeiro, de 1.451 milhões de Dólares, mais 330 milhões que em igual período do ano transacto.

Dados preliminares da posição externa de Moçambique medida pelo saldo da conta corrente, mostra uma deterioração em 70%, para 1.802 milhões de Dólares, comparativamente ao período homólogo de 2011, explicado, essencialmente, pelo aumento da demanda de

serviços especializados pelos projectos de investimento directo estrangeiro. Retirando o efeito destes projectos, o défice da conta corrente regista um aumento menos pronunciado, em 36%, para 1.492 milhões de Dólares.

O agravamento do défice foi parcialmente atenuado pela melhoria do saldo da conta de bens em resultado do aumento das exportações em 9.5% nos primeiros nove meses do ano, para um total de 2.602 milhões de Dólares, onde pontificaram as receitas de exportação de carvão mineral com um valor de 313 milhões, que passaram a ocupar a segunda posição no conjunto das exportações moçambicanas, depois do alumínio. Por seu turno, as importações totais cresceram em 5.1%, para 4.263 milhões de Dólares, dos quais, 1.283 milhões realizadas pelos grandes projectos.

O País constituiu reservas internacionais líquidas no montante de 306 milhões de Dólares, para um saldo de 2.546 milhões, de acordo com dados preliminares reportados a 14 de Dezembro de 2012, que equivale a cerca de 5.6 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais. As nossas intervenções no Mercado Cambial Interbancário traduziram-se em vendas brutas de 625 milhões de Dólares até 14 de Dezembro de 2012, dos quais, parte significativa se destinou a apoiar a liquidação da factura de combustíveis líquidos.

Distintos Convidados

Minhas Senhoras

Meus Senhores

A nível do sector financeiro, continuamos no ano em revista a implementar acções visando incentivar o aumento e a diversificação de instituições financeiras que operam no País, bem assim o alargamento e abrangência dos serviços prestados. Contrariamente ao que está a ocorrer em outros países, assistimos à entrada no

nosso sistema financeiro de novos operadores, bem assim à realização de investimentos de expansão geográfica e de modernização, demonstrativo da solidez e estabilidade do sector.

Com efeito, assinalámos, em 2012, a entrada de 19 novas instituições de microcrédito, a abertura de 39 novos balcões de bancos, para um total de 479 em funcionamento em 2012, cobrindo todas as capitais provinciais, municípios e 62 dos 128 distritos, ou seja, mais 4 em relação a 2011. Ainda que reconheçamos e saudemos o esforço realizado pelas instituições de crédito neste domínio, não restam dúvidas que muito há por realizar, pois a demanda de serviços financeiros pela nossa população, é inadiável, impondo-se a necessidade de expansão para mais lugares do nosso vasto território, onde as populações produzem riqueza e carecem do apoio da banca, quer para o depósito das suas poupanças, quer para o investimento.

O sistema financeiro moçambicano tem mostrado um grau de resiliência aos efeitos indirectos da crise financeira internacional, a medir pela robustez do rácio de solvabilidade que até Setembro de 2012 se situou em 19.1%, muito acima do mínimo estabelecido pelo critério de Basileia I, enquanto o rácio do crédito malparado regrediu para menos de 4% em Setembro.

Na esteira do nosso cometimento com a solidez do sector financeiro moçambicano, emitimos o Aviso nº 03/GBM/2012, de 28 de Novembro, que orienta as instituições sobre a migração para os critérios de Basileia II. Neste contexto, a partir de 1 de Janeiro de 2013 um árduo trabalho nos aguarda para iniciarmos adopção simultânea dos critérios de Basileia I e II, preparando as nossas instituições para a transição para os termos de Basileia II, a partir de 1 de Janeiro de 2014.

À semelhança do que sucedeu com os outros países, a migração para Basileia II irá impôr a necessidade de reforço de capitais mínimos, o que vai exigir das nossas instituições a adopção de metodologias adequadas para o cálculo dos requisitos de capitais, seja para a cobertura do risco de crédito, como para a incorporação de novos riscos, nomeadamente, o risco operacional e o risco de mercado.

Por seu turno, a modernização do nosso sistema nacional de pagamentos é um objectivo estratégico da nossa actuação como Banco Central. A plataforma informática da Sociedade Interbancária de Serviços (SIMO) encontra-se já instalada e pronta para a ligação dos bancos à SIMOrede.

A ligação, em regime piloto, dos primeiros ATM's e POS's em Setembro último, no quadro da operacionalização da SIMO, constituiu um importante passo rumo à materialização deste objectivo. Com base no critério de número de ATM's, o número de instituições em produtivo e em fase avançada de testes de integração à SIMOrede representam já cerca de 50% do mercado. Aproveito esta ocasião para felicitar os bancos que estão na vanguarda deste processo, pelo seu cometimento efectivo e dou também nota positiva aos esforços empreendidos, encorajando a todos os demais bancos do sistema a seguirem esta marcha irreversível, rumo a uma rede plenamente integrada que traga ganhos de eficiência e economias de escala para os utilizadores dos serviços de intermediação financeira, razão de ser deste projecto.

O elevado grau de penetração do telemóvel criou no País, uma oportunidade para as instituições de crédito fornecerem produtos financeiros com recurso a tecnologia dos provedores de serviços de telefonia móvel. O sistema financeiro conta desde 2011 com uma instituição que opera com recurso à rede de telefonia móvel. Na

sequência, assistimos em 2012, a introdução de novos produtos e serviços financeiros acedidos por via do telemóvel.

Estas e outras soluções que vem sendo implementadas constituem um óptimo contributo das instituições que operam no país para a dinamização da nossa estratégia de inclusão financeira, ao assegurar um rápido acesso dos serviços financeiros para uma vasta camada da nossa população, o que impõe novos desafios em matéria de regulamentação deste tipo de serviços.

Minhas Senhoras Meus Senhores,

As perspectivas económicas para 2013 apontam para a prevalência de uma conjuntura internacional adversa e incerta, sobretudo ao nível das economias mais avançadas, onde se espera um abrandamento do ritmo de expansão da actividade económica acompanhada de aumento do desemprego. A incerteza quanto ao fim da crise de dívida soberana na Zona Euro requer monitoria permanente para afastar os perigos do efeito contágio no nosso sistema financeiro.

As previsões do Fundo Monetário Internacional em Outubro último baixam as perspectivas de crescimento económico mundial para 2012 e 2013. Assim, as economias de mercado emergentes e em desenvolvimento poderão registar um crescimento agregado de 5.3%, enquanto as avançadas poderão crescer apenas 1.3%, fortemente penalizadas pelos desenvolvimentos nas economias da Zona Euro onde se espera um agravamento da recessão económica.

*Perspectivas e
Programa
Monetário
2013*

Em 2013, a manutenção dos ganhos de estabilidade macroeconómica e do sector financeiro continuará a ser o nosso principal objectivo. Neste contexto, a nossa actuação será orientada a contribuir para os objectivos finais de política económica

estabelecidos pelo Governo, que prevêm uma inflação anual de 7.%, um crescimento real do PIB de 8,4% e uma acumulação de reservas internacionais que permita a cobertura de pelo menos 3,8 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais.

Para tanto, o Banco de Moçambique continuará a privilegiar o uso dos instrumentos disponíveis nos mercados monetário e cambial, complementados com a supervisão prudencial, visando assegurar uma expansão dos meios totais de pagamento (M3) em redor de 19.3% e do crédito bancário ao sector privado em redor de 19.0%. A base monetária, nossa variável operacional, deverá ter um crescimento não superior a 18.4%.

Adicionalmente e no seguimento das acções já iniciadas nos últimos anos, temos previstas para 2013 as seguintes acções de carácter estrutural:

- i. Continuar a melhorar a gestão da política monetária, reforçando a nossa capacidade de previsão e de resposta;
- ii. Continuar a fortalecer o nosso papel de supervisor e regulador das instituições de crédito, liderando a transição para os critérios de Basileia II;
- iii. Em parceria com as instituições de crédito, prosseguir o esforço de bancarização da economia nacional, a modernização do sistema nacional de pagamentos e a busca de preçários dos serviços financeiros, mais competitivos e transparentes;
- iv. Continuar a adoptar posturas de prudência e de diversificação da aplicação das nossas reservas internacionais tendo em vista reduzir os riscos;

- v. Em colaboração com outras instituições e organismos, continuar a estimular a expansão dos serviços financeiros com recurso à novas tecnologias, visando acelerar a inclusão financeira no país.

Distintos Convidados

Moçambique está a conhecer profundas transformações estruturais induzidas pela descoberta e início da exploração de recursos naturais não renováveis. Este facto coloca novos desafios à gestão macroeconómica em geral e às políticas acometidas ao Banco Central, em particular.

O Banco de Moçambique reafirma o seu cometimento em adoptar uma política monetária flexível para garantir a consolidação da estabilidade macroeconómica e do sector financeiro, num ambiente de esperado incremento do investimento e exportações, salvaguardando o desenvolvimento equilibrado dos vários sectores da economia e a competitividade externa.

Desafios

O novo ciclo do nosso desenvolvimento exige maior empoderamento das nossas instituições para liderarem o processo de exploração de recursos naturais, em defesa do interesse nacional e das futuras gerações, calibrando, se necessário, as nossas políticas, para que elas exerçam mais eficazmente o papel que delas se espera na agenda nacional pelo desenvolvimento.

O Banco de Moçambique, em coordenação com o Governo e com o sector privado, continuará a desenvolver esforços com o intuito de criar condições que assegurem um maior acesso ao

crédito por parte das pequenas e médias empresas e outros segmentos da população não bancarizados.

Estes desafios estão consagrados na proposta de Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro, que demanda a preparação de uma Estratégia específica para a Inclusão Financeira. Para o efeito, a nível do Banco de Moçambique foi criado um grupo de trabalho para assegurar a implementação dos aspectos inerentes a este objectivo, incluindo a preparação de uma proposta de regulamentação sobre a banca electrónica, o acesso e uso de serviços financeiros móveis, bem como a preparação de indicadores para a mensuração e acompanhamento da inclusão financeira no país.

Adicionalmente, a nossa instituição continuará a prestar atenção às acções de promoção da educação financeira, no âmbito da protecção do consumidor financeiro.

Minhas Senhoras
Meus Senhores

A 31 de Dezembro terminará o curso legal e o valor liberatório ilimitado e pleno das notas e moedas das duas primeiras famílias, designadamente a família “República Popular de Moçambique” e a família “República de Moçambique”. Aproveito este palco privilegiado para apelar a todos os que tenham estas denominações para proceder ao seu depósito nos estabelecimentos bancários ou à troca nas filiais do Banco de Moçambique, evitando deste modo a perda de activos que deixarão de ter valor a partir de 01 de Janeiro de 2013.

Renovo as nossas saudações aos agentes económicos e à sociedade em geral que com seu esforço abnegado têm contribuído para o desenvolvimento económico do país, dando

substância aos esforços do Governo e da autoridade monetária.

Quero ainda reiterar o meu apreço a todos os gestores e técnicos do Banco de Moçambique cuja devoção ao trabalho tornaram possíveis os resultados alcançados pela nossa instituição em 2012.

Termino agradecendo a todos os presentes pela honrosa presença nesta cerimónia de balanço do exercício económico prestes a findar. Resta-me desejar a todos os presentes e vossas estimadas famílias, aos quadros e colaboradores do Banco de Moçambique e do sector financeiro e suas famílias, votos de Festas Felizes e um Próspero Ano Novo.

Convido-vos a acompanharem-me num brinde pela saúde do nosso sistema financeiro, à vossa saúde e das nossas famílias!

Maputo, 17 de Dezembro de 2012

Ernesto Gouveia Gove